

# Câmara exige retorno social por incentivos ao segmento químico

Deputados querem garantia de emprego e responsabilidade ambiental de indústrias como contrapartida a pacote de desoneração de impostos

A Câmara dos Deputados quer incluir contrapartidas sociais no texto da MP (Medida Provisória) para manter, no mínimo até 2025, o Reiq (Regime Especial da Indústria Química). Em contrapartida a incentivos fiscais da ordem de R\$ 2 bilhões anuais, o Legislativo estuda exigir os compromissos de proteção do emprego e responsabilidade ambiental das empresas do segmento.

“É preciso haver contrapartida. Queremos que as indústrias se comprometam a garantir o emprego e a segurança do trabalhador e também com a responsabilidade ambiental”, explica o deputado federal Alex Manente (Cidadania), que tem domicílio eleitoral em São Bernardo e foi designado como relator da MP pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Editada em 31 de dezembro pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), a MP 1095/21 acabou com a tributação especial sobre a importação de nafta e outros produtos utilizados pelas petroquímicas. A medida foi a



ALEX. Deputado relata MP do Regime Especial da Indústria Química

saída encontrada pelo Planalto para compensar a desoneração do Imposto de Renda recolhido por empresas aéreas sobre o leasing de aeronaves, prevista em outra MP, a 1094/21.

“O fim dos incentivos foi feito de maneira abrupta e pode colocar em xeque a competitividade da indústria química nacional”, pontua Alex Manente.

O deputado federal lembra que a legislação anterior à MP previa a retomada gradual da oneração, com encerramento em 2025.

A Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química) estima que o término brusco do Reiq põe em risco 85 mil empregos, acarretará perda de R\$ 3,2 bilhões em impostos e

gerará queda de R\$ 5,5 bilhões no PIB (Produto Interno Bruto).

Alex Manente diz que é favorável à manutenção dos incentivos, mas entende que as empresas do setor precisam assumir compromissos, especialmente com a comunidade do entorno onde são instaladas suas unidades de produção. “O impacto da instalação de uma indústria química na vizinhança é imenso, tanto que elas estão sempre assinando TACs (*Termos de Ajustamento de Conduta*). É preciso mais responsabilidade social.”

A MP precisa ser aprovada pela Câmara até 1º de junho, caso contrário perde o efeito. O deputado do Cidadania disse ao *Diário* que espera concluir o texto com as contrapartidas até o fim desta semana. Na sequência, será submetido ao plenário, onde precisará de maioria simples para ser aprovado – e, então, virar um PLR (Projeto de Lei de Conversão).

Depois da aprovação na Câmara, o texto segue para avaliação do Senado. Se obtiver novo aval do plenário, é finalmente encaminhado para a sanção presidencial. Em caso de veto por parte de Bolsonaro, cabe aos deputados mantê-lo ou derrubá-lo.

Segundo cálculos de Alex, a manutenção do regime especial de tributação traz economia de R\$ 2 bilhões anuais ao setor químico. O alívio incide sobre PIS/Pasep (Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) devidos na importação de matéria-prima. **da Redação**

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

**Seção:** Política/Regional/Nacional